

Sumário

Nota ao leitor	25
Parte I	
Regime Jurídico Administrativo e Organização Administrativa	27
<i>Capítulo 1</i>	
Estado e Teoria Geral do Direito Administrativo	29
1.1 Do Estado Liberal ao Estado Social e cooperativo	29
1.1.1 Formação do Estado	29
1.1.2 Estado Social e cooperativo	32
1.2 Integração de países e o Direito Administrativo no século XXI	34
1.3 Modelo de Estado adotado pela Constituição Federal de 1988: Estado subsidiário e cooperativo	35
1.4 Teoria Geral do Direito Administrativo	39
<i>Capítulo 2</i>	
Atividade administrativa e Direito Administrativo	43
2.1 Funções estatais	43
2.1.1 Ato administrativo em sentido amplo	44
2.1.2 Jurisdição e administração	45
2.1.3 Decisões proferidas pelos Tribunais de Contas	49
2.2 Âmbito de aplicação do Direito Administrativo	52
2.2.1 Ato judicial e ato legislativo	52
2.2.2 Ato administrativo e critério residual	53
2.3 Direito Administrativo e Direito Privado	54
2.4 Objeto do Direito Administrativo	57
2.5 Fontes do Direito Administrativo	58
2.5.1 Constituição Federal	58
2.5.2 Leis	60
2.5.3 Tratados e acordos internacionais	61
2.5.4 Decretos e regulamentos	61
2.5.5 Jurisprudência	67
2.5.6 Doutrina	67
2.5.7 Costume	68
2.6 Âmbito público e âmbito privado	68
<i>Capítulo 3</i>	
Regime jurídico administrativo	71
3.1 Surgimento do Direito Administrativo	71
3.2 Regime jurídico administrativo – Níveis de realização	75
3.2.1 Nível constitucional – Teoria Geral do Direito Administrativo	76
3.2.2 Nível legal	77
3.2.3 Nível infralegal	78
3.3 Regime jurídico administrativo e interesse público	81

3.4	Interesse público: planos de realização	85
3.5	Supremacia e indisponibilidade do interesse público	90
3.6	Princípios gerais da Administração Pública	91
3.6.1	Princípios expressos	94
3.6.1.1	Legalidade	94
3.6.1.2	Impessoalidade	99
3.6.1.3	Moralidade	103
3.6.1.4	Publicidade	108
3.6.1.5	Eficiência	111
3.6.2	Princípios implícitos	117
3.6.2.1	Razoabilidade	117
3.6.2.2	Proporcionalidade	120
3.6.2.3	Motivação	121
3.6.2.4	Segurança jurídica	125
3.6.2.5	Continuidade do serviço público	131
3.6.2.6	Autotutela	133
3.6.2.7	Controle judicial	135

Capítulo 4

Organização Administrativa	137
4.1 As bases da Administração Pública	137
4.1.1 Direito da Organização Administrativa	137
4.1.2 Direito Constitucional e Direito da Organização Administrativa	139
4.1.3 Organização da Administração Pública e princípios gerais da Administração Pública	139
4.1.4 Reserva legal e reserva institucional	142
4.1.5 Administração informal	146
4.1.6 Administração Pública em sentido orgânico e em sentido funcional	149
4.1.7 Estado federado e Estado unitário	150
4.1.8 Descentralização vertical e horizontal	152
4.1.9 Limites à descentralização horizontal	157
4.1.10 Conflitos de atribuição	158
4.1.11 Descentralização de competência: limites	160
4.1.12 Desconcentração administrativa	162
4.1.13 Descentralização horizontal e desconcentração: distinções	164
4.1.14 Delegação de competência: aspectos relevantes e distinções com os processos de desconcentração e de descentralização administrativa ...	167
4.2 Administração Pública direta	168
4.2.1 Organização das entidades, dos órgãos e dos agentes públicos	168
4.2.2 Órgãos independentes	170
4.2.3 Classificação dos órgãos	173
4.2.3.1 Classificação em razão da posição do órgão na estrutura da Administração	173
4.2.3.2 Classificação quanto à estrutura	174
4.2.3.3 Classificação quanto à composição	175
4.2.3.4 Classificação quanto à atuação funcional	175
4.3 Administração Pública indireta	177
4.3.1 Entidades administrativas	177
4.3.2 Autarquias	180
4.3.2.1 Principais características	180
4.3.2.2 Agências reguladoras	185

4.3.2.3	Agências executivas	192
4.3.2.4	Autarquias corporativas	193
4.3.3	Fundações públicas	196
4.3.4	Empresas estatais	200
4.3.4.1	Regime jurídico e características das empresas estatais	201
4.3.4.2	Serviço público e atividade empresarial	208
4.3.4.3	Empresas estatais e regime jurídico de seus empregados	214
4.3.4.4	Empresas estatais e regime jurídico de licitações e contratações	216
4.3.4.5	Falência de empresas estatais	219
4.3.4.6	Controle de empresas estatais	221
4.3.4.7	Distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista	223
4.4	Paraestatais e terceiro setor	226
4.4.1	Entidades do terceiro setor e o Estado	226
4.4.2	Organizações sociais – OS	228
4.4.3	Organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP	230
4.4.4	Serviços sociais autônomos – SSA	232
4.4.5	Entidades do terceiro setor criadas pelo Estado	233

Parte II

Atividade Administrativa	235
---------------------------------------	------------

Capítulo 5

Ato administrativo	237
5.1 Atividade administrativa	237
5.2 Considerações necessárias à conceituação dos atos administrativos	239
5.2.1 Ato legislativo, ato judicial e ato administrativo	239
5.2.2 Ato administrativo e fato administrativo	239
5.2.3 Ato administrativo e ato de Direito Privado	240
5.2.4 Empresas estatais e atos administrativos	243
5.2.5 Ato administrativo e contrato administrativo	245
5.2.6 Ato de governo	246
5.2.7 Atos normativos	249
5.2.8 Controle jurisdicional	251
5.2.9 Conceito de ato administrativo	251
5.3 Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo	252
5.4 Requisitos de validade do ato administrativo	254
5.4.1 Competência	254
5.4.2 Finalidade	258
5.4.3 Forma	262
5.4.4 Motivo	265
5.4.5 Objeto	269
5.5 Atributos do ato administrativo	270
5.5.1 Atividade administrativa e prerrogativas públicas	270
5.5.2 Presunção de legitimidade	271
5.5.3 Auto-executoriedade	273
5.5.4 Imperatividade	276
5.6 Classificação dos atos administrativos	278
5.6.1 Classificação do ato administrativo quanto ao destinatário	279
5.6.2 Classificação do ato administrativo quanto ao alcance	282
5.6.3 Classificação do ato administrativo quanto ao conteúdo	283
5.6.4 Classificação do ato administrativo quanto ao regramento	284

5.6.5	Classificação do ato administrativo quanto à formação	286
5.6.6	Outras categorias de atos administrativos	291
5.6.6.1	Ato perfeito e ato inexistente	291
5.6.6.2	Ato válido e ato nulo	291
5.6.6.3	Ato eficaz, ato exequível e ato consumado ou exaurido	292
5.6.6.4	Ato constitutivo, ato declaratório, ato modificativo e ato extintivo	293
5.6.6.5	Atos restritivos de direito e atos ampliativos de direito	293
5.7	Revogação, anulação e convalidação	293
5.7.1	Desfazimento do ato e interesse público	293
5.7.2	Anulação	294
5.7.2.1	Direito Administrativo e Direito Civil	294
5.7.2.2	Ato administrativo nulo e ato administrativo anulável	297
5.7.2.3	Dever ou poder de anular?	301
5.7.2.4	Fundamentos para anulação	302
5.7.2.5	Prazo para anulação do ato pela Administração (legalidade x segurança jurídica)	304
5.7.2.6	Anulação e colisão de princípios	308
5.7.2.7	Efeitos da anulação	309
5.7.2.8	Conseqüências da anulação do ato anulatório	311
5.7.2.9	Anulação e dever de indenizar	312
5.7.2.10	Órgãos competentes para a anulação	314
5.7.2.11	Anulação do ato de aposentadoria e restituição dos proventos pagos	316
5.7.2.12	Anulação, cassação e caducidade	320
5.7.3	Revogação	321
5.7.3.1	Fundamentos	321
5.7.3.2	Efeitos	322
5.7.3.3	Atos irrevogáveis	323
5.7.3.4	Revogação e interesse público	325
5.7.3.5	Revogação de atos processuais	326
5.7.3.6	Prazo para revogação	327
5.7.3.7	Revogação e dever de indenizar	327
5.7.4	Distinções entre anulação e revogação	328
5.7.5	Convalidação	329

Capítulo 6

Contrato administrativo	335	
6.1	Contratos celebrados pela Administração Pública – Fundamento constitucional	335
6.2	Normas gerais sobre licitações e contratos administrativos	336
6.3	Terceirização de atividades fins – Impossibilidade	338
6.4	Contrato administrativo e ato administrativo	340
6.5	Conceito de contrato administrativo	341
6.6	Outros acordos de vontade	342
6.6.1	Convênios celebrados pelo poder público	342
6.6.2	Contratos de gestão	345
6.6.2.1	Contratos de gestão e organizações sociais	345
6.6.2.2	Contrato de gestão celebrado entre entidades ou órgãos públicos	348
6.6.2.3	Termos de parceria e organizações da sociedade civil de interesse público	348
6.6.2.4	Parcerias público-privadas, concessões de serviço público, termos de parceria e contratos de gestão: distinções	350

6.7	Distinção entre contratos administrativos e contratos celebrados pelos particulares	351
6.8	Contrato de Direito Público e contrato de Direito Privado	353
6.9	Cláusulas exorbitantes	357
6.9.1	Mutabilidade contratual – Modificações unilaterais	358
6.9.2	Rescisão unilateral	363
6.9.3	Fiscalização da execução do contrato	366
6.9.4	Aplicação de sanções	367
6.9.5	Outras cláusulas exorbitantes	368
6.9.5.1	Retenção de créditos e exigência de garantias	368
6.9.5.2	Exceção de contrato não cumprido	369
6.9.5.3	Anulação do contrato	371
6.10	Contratos administrativos e empresas estatais	371
6.11	Prazos contratuais	372
6.12	Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	375
6.12.1	Teoria da imprevisão	375
6.12.2	Distinção entre recomposição, reajuste de preços e repactuação	381
6.12.3	Distinção entre atualização, recomposição e reajuste de preços	385
6.12.4	Equilíbrio financeiro e contratos de concessão	386
6.12.5	Fato do príncipe e fato da administração	387
6.12.6	Caso fortuito, força maior e teoria da imprevisão	388
6.13	Formalização do contrato-regra	389
6.14	Execução dos contratos	392
6.15	Recebimento do objeto do contrato	395
6.16	Extinção do contrato	396

Capítulo 7

Licitação	405	
7.1	Administração Pública e setor privado	406
7.2	Finalidades da licitação	407
7.3	Processo administrativo e formalismo exagerado	408
7.4	Princípios da licitação	409
7.4.1	Supremacia e indisponibilidade do interesse público	409
7.4.2	Legalidade	410
7.4.3	Impessoalidade	411
7.4.4	Moralidade ou probidade	412
7.4.5	Motivação	413
7.4.6	Publicidade	414
7.4.7	Vinculação ao instrumento convocatório	416
7.4.8	Julgamento objetivo	417
7.4.9	Adjudicação compulsória	418
7.5	Dever constitucional de licitar	419
7.6	Contratação sem licitação	420
7.6.1	Distinção conceitual entre dispensa e inexigibilidade de licitação	420
7.6.2	Licitação dispensada – Lista exaustiva	423
7.6.3	Licitação dispensável – Lista exaustiva	424
7.6.3.1	Licitação dispensável em razão do valor	424
7.6.3.2	Licitação dispensável em razão de situações excepcionais	427
7.6.3.2.1	Contrato emergencial	427
7.6.3.2.2	Inércia do administrador causadora da emergência na contratação	429
7.6.3.2.3	Renovação e prorrogação de contratos emergenciais	430

7.6.3.2.4	Licitação deserta ou frustrada – Ausência de interessados	432
7.6.3.2.5	Convite e licitação deserta	433
7.6.3.2.6	Licitação fracassada	433
7.6.3.2.7	Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento	434
7.6.3.2.8	Outras hipóteses de contratação direta relacionadas a situações excepcionais	435
7.6.3.3	Dispensa em razão do objeto	435
7.6.3.4	Dispensa em razão da pessoa	436
7.6.4	Inviabilidade de competição e inexigibilidade de licitação	441
7.6.4.1	Fornecedor exclusivo	441
7.6.4.2	Serviços técnicos a serem prestados por profissionais de notória especialização	446
7.6.4.3	Contratação de serviços artísticos	450
7.6.4.4	Outras hipóteses de inexigibilidade de licitação	451
7.7	Modalidades de licitação	452
7.7.1	Modalidades comuns e especiais de licitação	453
7.7.2	Critério para a utilização da concorrência, tomada de preços ou convite	454
7.7.3	Utilização do leilão ou da concorrência para a alienação de imóveis	455
7.7.4	Licitação internacional e adoção da concorrência	456
7.7.5	Adoção da modalidade de licitação mais rigorosa que a definida em lei	456
7.7.6	Desmembramento (fracionamento) do objeto do contrato	457
7.7.7	Criação de modalidade de licitação não prevista em lei – Impossibilidade	459
7.7.8	Concorrência	459
7.7.8.1	Procedimento básico na licitação	460
7.7.8.2	Fase interna e fase externa da licitação	461
7.7.8.3	Fase interna: providências preliminares	461
7.7.8.4	Motivação da licitação – Necessidades da Administração Pública	462
7.7.8.5	Objeto da licitação	463
7.7.8.6	Necessidade da previsão dos recursos a serem gastos	464
7.7.8.7	Edital – Elaboração	464
7.7.8.8	Lei de Responsabilidade Fiscal e licitações	465
7.7.8.9	Fases da concorrência	468
7.7.8.9.1	Edital	468
7.7.8.9.2	Habilitação	472
7.7.8.9.3	Julgamento (classificação das propostas)	492
7.7.8.9.4	Homologação do procedimento licitatório	502
7.7.8.9.5	Adjudicação	503
7.7.8.9.6	Recursos contra as decisões proferidas no curso da licitação	503
7.7.8.10	Representação ao Tribunal de Contas	504
7.7.8.11	Convocação do adjudicatário para assinar o contrato	505
7.7.8.12	Prazo de validade das propostas	505
7.7.9	Tomada de preços	506
7.7.10	Convite	507
7.7.11	Leilão	508
7.7.12	Concurso	510
7.7.13	Pregão	512
7.7.13.1	Aspectos gerais	512
7.7.13.2	Definição	513
7.7.13.3	Bens ou serviços de informática e pregão	515
7.7.13.4	Procedimento do pregão	518

7.7.13.5	Fase interna do pregão	519
7.7.13.6	Pregoeiro	520
7.7.13.7	Fase externa do pregão	521
7.7.13.8	Contratação decorrente do pregão	528
7.7.13.9	Pregão eletrônico	529
7.8	Tipos de licitação	533
7.8.1	Noções gerais – Distinção entre modalidade e tipo de licitação	533
7.8.2	Impossibilidade de ser criado novo tipo de licitação que não tenha sido indicado pela lei	533
7.8.3	Impossibilidade de serem julgadas as propostas por meio de critérios subjetivos ou não constantes do edital	534
7.8.4	Menor preço – Tipo básico de licitação	534
7.8.5	Melhor técnica e técnica e preço	536
7.8.6	Aquisição de bens e serviços de informática e o direito de preferência	537
7.8.7	Outras hipóteses de utilização do tipo melhor técnica ou técnica e preço ..	540
7.8.8	Menor preço como critério decisivo, inclusive na licitação de melhor técnica	540

Capítulo 8

Concessões e permissões de serviço público	543	
8.1	Concessões de serviço público e a formação do Estado	543
8.1.1	Do Estado Liberal ao Estado moderno	543
8.1.2	Subsidiariedade e o novo modelo de concessão de serviços públicos	546
8.2	Interesses envolvidos na concessão	547
8.3	Empresas estatais concessionárias de serviço público	549
8.4	Legislação aplicável	550
8.5	Âmbito de aplicação das concessões	551
8.6	Serviços passíveis de concessão e o texto constitucional	553
8.7	Conceito legal	556
8.8	Concessão de serviço público precedida de obra pública	557
8.9	Concessão e permissão de uso de bem público	558
8.10	Licitação das concessões	559
8.11	Equilíbrio econômico-financeiro da concessão	563
8.12	Direitos dos usuários	569
8.13	Direitos do concessionário	570
8.14	Intervenção na concessão	571
8.15	Extinção da concessão	571
8.15.1	Advento do termo contratual	572
8.15.2	Encampação	575
8.15.3	Caducidade	576
8.15.4	Rescisão	577
8.15.5	Anulação	577
8.15.6	Outras hipóteses	578
8.16	Responsabilidade civil do concessionário e do poder concedente	578
8.16.1	Responsabilidade perante os usuários e perante terceiros	578
8.16.2	Responsabilidade subsidiária do poder concedente	580
8.17	Permissão de serviço público	582
8.17.1	Distinção entre permissão e concessão	582
8.17.2	Formalização da permissão	583
8.17.3	Vigência da permissão	585
8.18	Autorização de serviço	587

Capítulo 9

Parcerias público-privadas	591
9.1 Instituição das parcerias público-privadas no Direito brasileiro	591
9.2 Modelos de parcerias público-privadas	594
9.3 Âmbito de aplicação	596
9.4 Regime jurídico das parcerias público-privadas	599
9.5 Características das parcerias público-privadas	601
9.6 Diretrizes e garantias das PPP	602
9.6.1 Eficiência	603
9.6.2 Responsabilidade fiscal	603
9.6.3 Distribuição dos riscos, encargos e responsabilidades	607
9.6.4 Outras diretrizes	609
9.7 Vedações à utilização de PPP	609
9.8 Conteúdo dos contratos de PPP	609
9.9 Licitação para a contratação de PPP	610
9.9.1 Planejamento prévio	610
9.9.2 Arbitragem	612
9.9.3 Procedimento da licitação de PPP	614
9.10 Sociedade de propósito específico – SPE	615
9.11 Órgão gestor de PPP, ministérios e agências reguladoras	616

Parte III

Atividade Administrativa: Conteúdos Materiais	619
Diversidade da atividade administrativa e potestades públicas	619

Capítulo 10

Poderes administrativos	623
10.1 Potestades administrativas e interesse público	623
10.2 Poderes e deveres administrativos	625
10.2.1 Dever de agir	625
10.2.2 Dever de eficiência	626
10.2.3 Dever de probidade	627
10.2.4 Dever de prestar contas	631
10.3 Abuso de poder	632
10.4 Discricionariedade e vinculação administrativa	634
10.4.1 Poder discricionário e poder vinculado	634
10.4.2 Conceito de discricionariedade	636
10.4.3 Como surge a discricionariedade	637
10.4.4 Discricionariedade e interpretação	638
10.4.5 Discricionariedade e mérito	639
10.4.6 Controle judicial da discricionariedade	639
10.5 Poder de polícia (atividade ordenadora do Estado)	642
10.5.1 Aspectos gerais	642
10.5.2 Poder de polícia e demais poderes administrativos	643
10.5.3 Poder de polícia e serviço público	645
10.5.4 Áreas de atuação	647
10.5.5 Agências reguladoras e poder de polícia	647
10.5.6 Impossibilidade de delegação do poder de polícia a particulares	648
10.5.7 Definição do poder de polícia	650
10.5.8 Formas de atuação	650
10.5.9 Atributos	651

10.5.10	Estado constitucional e poder de polícia: pressupostos	653
10.5.11	Regulamentos de polícia	657
10.5.12	Polícia administrativa e polícia judiciária	659
10.5.13	Polícia geral e polícia especial	661
10.5.14	Técnicas de ordenação	662
10.5.14.1	Técnica de informação	662
10.5.14.2	Técnica de condicionamento	663
10.5.14.3	Técnica sancionatória	665
10.5.15	Obrigações positivas	669
10.5.16	Segurança e liberdade	670
10.6	Poder hierárquico	671
10.7	Poder disciplinar	676
10.7.1	Aspectos gerais	676
10.7.2	Processo disciplinar: servidores públicos	678
10.7.2.1	Sanções disciplinares	678
10.7.2.2	Processo administrativo disciplinar	681
10.7.2.3	Etapas do processo disciplinar	683
10.7.3	Processo disciplinar: empresas contratadas pela Administração Pública ...	686
10.8	Poder regulamentar	688

Capítulo 11

Serviço público e intervenção do Estado na ordem econômica	693	
11.1	Serviços públicos e o Estado	693
11.1.1	Surgimento da atividade prestacional do Estado	693
11.1.2	Desenvolvimento das atividades prestacionais	694
11.2	Serviço público e outras atividades estatais	696
11.3	Formas de intervenção do Estado na economia	698
11.4	Intervenção do Estado na ordem econômica: os princípios do Estado subsidiário e do Estado cooperativo	701
11.5	Serviço público: concepção subjetiva e objetiva	704
11.6	Elementos caracterizadores do serviço público	706
11.6.1	Titularidade do serviço público	707
11.6.2	Objeto do serviço público: atividades privadas x serviços públicos	709
11.6.3	Serviço público e regime jurídico administrativo	712
11.7	Conceito de serviço público	714
11.8	Princípios	715
11.9	Regime jurídico do usuário: Código de Defesa do Consumidor	719
11.10	Classificação do serviço público	722
11.10.1	Classificação quanto ao destinatário: serviços públicos <i>uti universi</i> (ou gerais) e serviços públicos <i>uti singuli</i> (ou individuais)	722
11.10.2	Classificação quanto à titularidade: serviços federais, estaduais e municipais	723
11.10.3	Classificação quanto à essencialidade: serviços essenciais e serviços não-essenciais	724
11.10.4	Classificação quanto à forma de prestação: serviço centralizado e serviço descentralizado	725
11.10.5	Classificação quanto à gestão da prestação: gestão direta e gestão indireta	726
11.10.6	Outros critérios de classificação	727

Capítulo 12

Atividade de fomento	729
12.1 Desenvolvimento da atividade de fomento	729
12.2 Fomento e outras atividades estatais	731
12.3 Atividade de fomento como dever constitucional	732
12.4 Áreas de atuação	734
12.5 Fomento como atividade jurídica	735
12.6 Técnicas de fomento	737

Capítulo 13

Desapropriação e outras formas de intervenção do Estado na propriedade privada	741
13.1 Fundamentos para a intervenção do Estado na propriedade privada	741
13.2 Desapropriação e fundamentos constitucionais: necessidade ou utilidade pública e interesse social	743
13.3 Requisitos constitucionais	746
13.4 Procedimento administrativo	746
13.5 Indenização	749
13.5.1 Indenização prévia, justa e em dinheiro	749
13.5.2 Indenização em títulos	751
13.5.3 Súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre desapropriação	753
13.5.4 Juros compensatórios	754
13.5.5 Juros moratórios	757
13.5.6 Acumulação de juros compensatórios e moratórios	759
13.5.7 Atualização monetária	760
13.5.8 Honorários de advogado	761
13.6 Bens passíveis de desapropriação	762
13.7 Competência em matéria de desapropriação	767
13.7.1 Competência para legislar	768
13.7.2 Competência para desapropriar	768
13.7.3 Competência para promover desapropriação	769
13.8 Desapropriação indireta	770
13.8.1 Distinção entre desapropriação direta e desapropriação indireta	770
13.8.2 Natureza da ação de desapropriação indireta e prazo prescricional	774
13.9 Desapropriação por zona	776
13.10 Direito de extensão	778
13.11 Tredestinação	779
13.12 Anulação, cassação e retrocessão	781
13.13 Requisição	786
13.14 Limitação administrativa	788
13.15 Servidão administrativa	792
13.16 Tombamento	796

Parte IV

Estrutura da Administração Pública	805
--	-----

Capítulo 14

Bens públicos	807
14.1 Domínio público e domínio eminente	807
14.2 Regime jurídico dos bens públicos	811

14.3	Bens pertencentes às empresas estatais	811
14.4	Destinação dos bens públicos	815
14.4.1	Bens de uso comum	815
14.4.2	Bens de uso especial	816
14.4.3	Bens dominicais	817
14.5	Afetação e desafetação	820
14.6	Classificação dos bens quanto a sua titularidade	822
14.7	Domínio público e domínio privado do Estado	824
14.8	Características do regime jurídico dos bens públicos	827
14.8.1	Alienabilidade condicionada	828
14.8.2	Impenhorabilidade	829
14.8.3	Imprescritibilidade	830
14.8.4	Não onerabilidade	831
14.8.5	Características e espécies de bens públicos	831
14.9	Uso ordinário e uso extraordinário dos bens públicos	832
14.10	Delegação de uso	833
14.10.1	Autorização de uso	833
14.10.2	Permissão de uso	837
14.10.3	Concessão de uso	841
14.10.3.1	Conceito e características	841
14.10.3.2	Concessão de direito real de uso	841
14.10.3.3	Concessão de uso especial para fins de moradia	842
14.10.4	Cessão de uso	845
14.10.5	Formas de delegação de uso do Direito Privado – Bens dominicais	847
14.11	Alienação de bens	850
14.12	Aquisição de bens	851
14.13	Bens públicos em espécie	860
14.13.1	Terrenos reservados	860
14.13.2	Terrenos de marinha	861
14.13.3	Terras devolutas	862
14.13.4	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	864
14.13.5	Plataforma continental e mar territorial	865
14.13.6	Águas públicas	866
14.13.7	Ilhas	867

Capítulo 15

Agentes públicos	869	
15.1	Agentes públicos e atividade estatal	869
15.1.1	Agentes públicos e estrutura do Estado	869
15.1.2	Teoria do órgão	871
15.1.3	Agente de fato	874
15.2	Cargo, emprego e função pública	875
15.2.1	Distinções e conceitos	875
15.2.2	Âmbito de utilização do emprego e do cargo público no serviço público	879
15.2.3	Cargo efetivo e cargo em comissão	881
15.2.4	Cargo em comissão e função de confiança	882
15.3	Categorias de agente público	884
15.3.1	Agentes políticos	885
15.3.2	Servidores públicos	887
15.3.3	Empregados públicos	891
15.3.4	Servidores temporários	893

15.3.5	Agentes delegados	895
15.3.6	Agentes honoríficos	897
15.3.7	Militares	898
15.4	Regras constitucionais pertinentes aos servidores públicos	899
15.5	Concurso público	900
15.5.1	Obrigatoriedade	900
15.5.2	Edital e isonomia	903
15.5.3	Prazo de validade do concurso	903
15.5.4	Ordem de classificação	905
15.5.5	Aprovação em concurso público e direito à nomeação	907
15.5.6	Concurso público e cadastro de reserva	910
15.6	Direito de livre associação sindical e de greve no serviço público	911
15.7	Sistema de remuneração	913
15.7.1	Conceitos básicos	913
15.7.2	Fixação e revisão de remuneração	917
15.7.3	Teto remuneratório	919
15.7.4	Isonomia e paridade	922
15.7.5	Vedação de vinculação e equiparação	923
15.7.6	Irredutibilidade	925
15.8	Acumulação de cargos, empregos e funções públicas	926
15.8.1	Acumulação de cargos na atividade	926
15.8.2	Acumulação de proventos e vencimentos	932
15.9	Estabilidade	934
15.9.1	Requisitos	934
15.9.2	Efetividade e estabilidade	934
15.9.3	Estágio probatório	935
15.9.4	Reprovação de servidor não estável no estágio probatório – Exoneração	937
15.9.5	Reprovação de servidor estável no estágio probatório – Recondução	938
15.9.6	Recondução a pedido	940
15.9.7	Necessidade de servidor estável aprovado em novo concurso submeter-se a novo estágio probatório	941
15.9.8	Estágio experimental	943
15.9.9	Avaliação especial de desempenho	943
15.9.10	Estabilidade decorrente do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	945
15.9.11	Efeitos da estabilidade	945
15.9.12	Servidor não estável ocupante de cargo efetivo	949
15.9.13	Estabilidade e vitaliciedade	950
15.10	Aposentadoria	952

Capítulo 16

16	Servidores públicos federais: Regime jurídico-legal – Lei nº 8.112/90	959
16.1	Considerações iniciais	959
16.2	Provimento	960
16.2.1	Requisitos para a investidura	960
16.2.2	Formas de provimento	961
16.2.2.1	Nomeação	962
16.2.2.2	Promoção	962
16.2.2.3	Readaptação	963
16.2.2.4	Reversão	964
16.2.2.5	Reintegração	965

16.2.2.6	Recondução	965
16.2.2.7	Aproveitamento	966
16.3	Posse, exercício e estágio probatório	966
16.3.1	Posse	966
16.3.2	Exercício	967
16.3.3	Estágio probatório	968
16.4	Vacância	969
16.4.1	Exoneração	970
16.4.2	Demissão	971
16.4.3	Posse em outro cargo inacumulável	971
16.5	Remoção e redistribuição	973
16.6	Direitos e vantagens	973
16.6.1	Remuneração	973
16.6.2	Férias	975
16.6.3	Licenças, afastamentos e concessões	976
16.7	Responsabilidade do servidor	979
16.7.1	Responsabilidade civil	979
16.7.2	Responsabilidade penal	980
16.7.3	Responsabilidade administrativa	982
16.7.4	Comunicação de instâncias	982
16.8	Regime disciplinar e processo administrativo disciplinar	986
16.8.1	Regime disciplinar	986
16.8.2	Penalidades disciplinares – Atividade vinculada	987
16.8.3	Autoridade competente para a aplicação das sanções disciplinares	991
16.8.4	Prescrição das sanções disciplinares	991
16.8.5	Processo administrativo disciplinar – PAD	992
16.8.5.1	Modalidades	992
16.8.5.2	Processo disciplinar	995

Capítulo 17

Responsabilidade civil extracontratual do Estado	999	
17.1	Âmbito de aplicação da responsabilidade civil do Estado	999
17.2	Evolução da responsabilidade civil	1001
17.3	Teoria subjetiva e teoria objetiva	1005
17.4	Risco administrativo e risco integral – Excludentes de responsabilidade civil	1006
17.5	Responsabilidade civil do Estado no Direito brasileiro – Regras básicas ..	1011
17.5.1	Pessoas de Direito Público ou de Direito Privado prestadoras de serviços públicos	1011
17.5.2	Ação de responsabilidade civil e direito de regresso	1012
17.6	Prescrição e a Fazenda Pública	1015
17.6.1	Ações contra o poder público	1015
17.6.2	Imprescritibilidade da ação regressiva	1018
17.7	Requisitos à responsabilização do Estado	1019
17.7.1	Dano	1019
17.7.2	Nexo de causalidade	1022
17.7.3	Oficialidade da conduta causal	1025
17.8	Omissão e responsabilidade civil do Estado	1027
17.8.1	Teoria objetiva e teoria subjetiva	1027
17.8.2	Omissão do Estado e teoria da reserva do possível	1032
17.9	Responsabilidade civil do Estado e concessionárias de serviços públicos ..	1035

17.9.1	Responsabilidade pelos danos causados aos usuários	1035
17.9.2	Responsabilidade dos prestadores de serviços públicos e terceiros não usuários dos serviços	1039
17.10	Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos	1042
17.11	Responsabilidade civil do Estado por atos judiciais	1044

Capítulo 18

Controle da Administração Pública	1049	
18.1	Controle como fundamento do Estado Democrático de Direito	1049
18.2	Conceito e classificação	1052
18.2.1	Controle prévio, controle sucessivo e controle corretivo	1053
18.2.2	Controle interno e controle externo	1054
18.2.3	Controle de mérito e controle de legalidade	1055
18.3	Controle de legalidade	1057
18.3.1	Discricionariedade, interpretação e conceitos jurídicos indeterminados ..	1057
18.3.2	Razoabilidade e discricionariedade	1063
18.3.3	Discricionariedade técnica	1066
18.3.4	Eficiência e discricionariedade	1069
18.4	Controle administrativo	1072
18.4.1	Fundamento e alcance	1072
18.4.2	Supervisão ministerial: poder de tutela e de autotutela	1075
18.4.3	Instrumentos do controle administrativo	1076
18.5	Controle parlamentar direto	1080
18.5.1	Controle político	1080
18.5.2	Controle financeiro	1084
18.6	Controle exercido pelo Tribunal de Contas da União – TCU	1089
18.6.1	Modelos de controle externo	1089
18.6.2	Composição dos Tribunais de Contas	1092
18.6.3	Natureza do controle exercido pelo TCU	1096
18.6.4	Atribuições constitucionais e legais do TCU	1101
18.6.4.1	Opinativa ou consultiva	1101
18.6.4.2	Fiscalizadora	1101
18.6.4.3	De julgamento de contas	1102
18.6.4.4	De registro	1102
18.6.4.5	Sancionadora	1103
18.6.4.6	Corretiva	1103
18.6.5	Natureza das sanções aplicadas pelo TCU e poder disciplinar	1104
18.6.6	Espécies de processo no TCU	1106
18.6.6.1	Processos de contas	1106
18.6.6.1.1	Modalidades de contas	1106
18.6.6.1.2	Julgamento das contas	1110
18.6.6.1.3	Natureza das decisões proferidas pelo TCU no julgamento de contas	1112
18.6.6.1.4	Fiscalização e julgamento de contas dos gestores das empresas estatais	1116
18.6.6.1.5	Competência do TCU para julgar contas e imunidade dos advogados	1117
18.6.6.1.6	Inelegibilidade e contas irregulares	1120
18.6.6.2	Processos de fiscalização	1123
18.6.6.2.1	Objeto da fiscalização	1123
18.6.6.2.2	Instrumentos de fiscalização	1126
18.6.6.2.3	Tramitação dos processos	1134
18.6.6.3	Processos sujeitos a registro	1135
18.6.7	Recursos contra as decisões do TCU	1140

18.6.8	Tribunais de Contas estaduais e municipais	1141
18.7	Controle judicial	1143
18.7.1	Sistemas de controle	1143
18.7.2	Limites ao controle judicial	1145
18.7.3	Etapas para o controle judicial da discricionariedade	1146
18.7.4	Intensidade do controle judicial na atividade administrativa – Teoria da reserva da administração	1147
18.7.5	Controle judicial e arbitragem	1150
18.7.5.1	Arbitragem e inafastabilidade da apreciação judicial	1150
18.7.5.2	Arbitragem, contratos administrativos e indisponibilidade do interesse público	1151
18.7.5.3	Arbitragem e controle de legalidade	1156
18.7.6	Direitos subjetivos, controle judicial e esgotamento da instância administrativa	1158
18.7.7	Instrumentos de controle judicial	1169
18.7.7.1	Mandado de segurança	1169
18.7.7.2	<i>Habeas corpus</i>	1177
18.7.7.3	<i>Habeas data</i>	1179
18.7.7.4	Mandado de injunção	1182
18.7.7.5	Ação popular	1184
18.7.7.6	Ação civil pública	1187
18.7.7.7	Ação de improbidade	1188
18.7.7.8	Outras ações	1193

Capítulo 19

Processo administrativo	1195	
19.1	Processo judicial e processo administrativo	1195
19.2	Processo e procedimento	1198
19.3	Processo e forma do ato	1200
19.4	Categorias de processos administrativos	1201
19.5	Princípios do processo administrativo	1203
19.5.1	Oficialidade	1205
19.5.2	Gratuidade	1206
19.5.3	Ampla defesa e contraditório	1206
19.5.4	Recorribilidade das decisões administrativas	1206
19.5.5	Economia processual	1207
19.5.6	Formalismo moderado	1208
19.5.7	Verdade material	1209
19.5.8	Publicidade	1210
19.5.9	Motivação	1211
19.5.10	Lealdade e boa-fé	1211
19.6	Processo da Lei nº 9.784/99	1211
19.6.1	Processo administrativo previsto na Lei nº 9.784/99 e outros processos administrativos	1211
19.6.2	Âmbito de aplicação da Lei nº 9.784/99	1212
19.6.3	Direitos e deveres dos administrados	1214
19.6.4	Instauração e condução do processo	1214
Referências	1217	
Índice	1221	